

## O Papel das Revistas *Veja* e *Carta Capital* na Formação da Opinião Pública Brasileira acerca das Manifestações Populares

*Rafaela Albuquerque Gonçalves*<sup>1</sup>

### Resumo

As manifestações ocorridas no Brasil no final de junho 2013 apontaram para uma crise de representação da democracia brasileira, e para isso, uma das teorias levantadas responsabiliza a falta de conhecimento do eleitor sobre os temas de relevância nacionais. Partindo desse pressuposto, se faz necessário entender, como os veículos de comunicação transmitem ao cidadão as notícias cotidianas. Existe uma imparcialidade dos meios de comunicação ou a imprensa brasileira carrega suas notas jornalísticas com conteúdo ideológico? Para responder esse questionamento, o presente trabalho se propõe realizar uma análise do discurso sobre matérias das revistas *Veja* e *Carta Capital*, veiculadas entre junho e julho, objetivando entender como esses dois veículos de comunicação influenciaram a opinião pública sobre os protestos nacionais.

**Palavras-chave:** *Democracia Representativa; Opinião Pública; Veja; Carta Capital.*

### INTRODUÇÃO

A democracia é um modelo de governo que se baseia no princípio de soberania. Pela etimologia o nome democracia já se traduz como o governo de povo e seu princípio é o de que a soberania reside no povo. Mesmo quando se trata de um governo representativo, os representantes escolhidos pelo o povo tem que representar seus ideais, pois do contrário entra em conflito com a significância do que é democracia representativa. No que diz respeito à qualidade democrática, os cidadãos, segundo Dahl (1997) devem ser capazes de:

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professora de Inglês no CCAA no ano de 2011. Membro do núcleo de Comunicação e Relações Públicas da campanha do vereador eleito André Régis de Carvalho (2012). Fluente em Inglês, possui certificação internacional (Preliminary English Test – PET e First Certificate in English – FCE) pela Universidade de Cambridge.

1. Ter preferências.
2. Expressar suas preferências aos cidadãos e ao governo.
3. De ter suas preferências ouvidas pelo governo, ou seja, consideradas sem discriminações.

Essas seriam as pré-condições básicas de uma poliarquia<sup>2</sup>. Para Dahl (1997) avaliações de qualidade democrática, devem levar em conta dois conceitos, a contestação pública e a inclusão social. Ele coloca dois exemplos clássicos para nos mostrar que esses conceitos podem caminhar separadamente: a Grã-Bretanha do século XVIII e a União Soviética. A Grã-Bretanha tinha um grande nível de contestação pública para época, no entanto só pequena parcela da população tinha direito a participar das eleições. Na União Soviética o direito ao voto era universal, ou seja, era um país de grande inclusão social, porém de praticamente nenhuma contestação pública. Para o autor, em se considerando essas duas dimensões políticas, existiria quatro tipologias decorrentes das variações em ambas as dimensões. Regimes com pouca disputa de poder e participação limitada corresponderia há uma hegemonia competitiva. Uma hegemonia inclusiva, apresentaria um elevado grau de participação popular, mas pouca disputa pelo poder (é o caso da União Soviética, como fora exemplificado anteriormente), oligarquias competitivas apresentariam pouca participação, mas elevada disputa pelo poder, a Grã-Bretanha do século XVIII, é um bom exemplo. O último caso, as poliarquias, corresponde aos regimes que conseguiram desenvolver ambas as dimensões, apresentando elevada competição pela disputa dos cargos eletivos e grande participação popular.

Nos países democráticos, o Estado detém os recursos do país e esses são disponibilizados para aqueles que forem escolhidos e legitimados por eleições competitivas. Estas possibilitam a escolha de quem irá para o governo, mas não garantem a governabilidade. A governabilidade está sempre sendo disputada politicamente entre governo e oposição, sendo a eleição um momento privilegiado de escolha de governantes e em consequência da redefinição de poder dentro da esfera política.

O campo da comunicação não tem como finalidade prevista governar, mas ela tem inúmeros mecanismos que interferem e influenciam o ato de governar ao requerer soluções

---

<sup>2</sup> Em Poliarquia (1997), Robert Dahl defende que a democracia corresponderia a um conceito que carece de realidade, figurando em uma dimensão utópica. Nesse aspecto o que entendemos como democracia consistiria na verdade em uma Poliarquia, termo cunhado pelo autor para designar regimes onde existe uma competitividade elevada pelo poder e que possui uma ampla participação da população. Regimes políticos como os adotados por Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, corresponderiam a exemplos de poliarquias.

para os problemas sociais, ao agendar temas, sugerir alternativas, engendrar climas sociais. A governabilidade, então, não se pode concretizar sem visibilidade pública dos atos de governo. Esse entrelaçamento das duas esferas faz com que seja necessária uma complementariedade de esforços que, segundo Rubim (2000), para a “consecução satisfatória da governabilidade, mas simultaneamente, faz possível a emergência de disputas e até conflitos”.

A mídia cresceu em torno da necessidade de conhecimento e informações que a sociedade exigia. Ela, através de seus aparatos de mediação, é a principal ferramenta de visibilidade que funciona como princípio de legitimação social. Ela, segundo Rubim (2000) tem o poder de publicizar e de silenciar os fatos de modo muito sutil, camuflando e criando zonas de silêncio e sedução para desviar a atenção do telespectador. A capacidade de agendamento do campo midiático é explicitada na tese do *agenda-setting* ou teoria do agendamento proposta por Malcolm McCombs e Donald Shaw (1976). A teoria propõe que a mídia agenda a vida das pessoas, dá a elas os temas que permeiam suas conversas. De acordo com essa perspectiva, a mídia não impõe nada ao telespectador, mas esboça uma agenda preponderante para ele.

A mídia atua também na opinião pública que funciona como pilar da democracia representativa por ser resultado da interação e da comunicação social. A influência que os jornais exercem mobilizando a população para a ação pública é chamada de o poder de imprensa. A imprensa tem desempenhado um papel importante no processo político através do qual, novas políticas, novas leis e novas instituições começam a existir. O processo político começa com o surgimento de uma agitação social para acabar em alguma modificação dos costumes. Após novas leis serem decretadas, interpretadas e cumpridas, é na forma de costumes que novas normas e direitos são incorporados ao *ethos* da sociedade a qual pertencem. É nesse contexto do processo político que a opinião pública funciona.

O importante no funcionamento da opinião pública não é apenas as palavras escritas, mas sim a opinião que deriva da interpretação pessoal dos indivíduos. Quando uma opinião pública é formada, ela passa por vários processos e no fim, ela se torna uma força mais conservadora do que inovadora. Nesse caso, o poder da imprensa não é apenas o de orientar o público a respeito das questões envolvidas, mas mobilizar a comunidade, criando um desejo coletivo e um poder político, finalizando a discussão. As fontes desse poder, segundo Park (1976) podem ser reduzidas às seguintes:

1. Queixas – explorando queixas das comunidades.
2. Notícias – uma vez que as queixas fazem a notícia e a história faz a opinião.
3. Política editorial – Uma política editorial e um redator de opinião capaz de racionalizar as queixas e torná-las o personagem de uma causa.
4. Circulação - grande influência, mesmo com pouca circulação se for o caso.

Ao anunciar mudanças, levantam-se questões e inevitavelmente uma conversa é iniciada, fazendo a notícia e a política. Sempre prática e política, a opinião pública busca resoluções imediatas, sendo mais ou menos carregada de sentimento. Em tempos de crise, o poder de imprensa chega ao ápice de sua influência, pois, para a opinião pública ser formada, é necessário que haja discussão, isso pressupõe uma sociedade livre onde as pessoas que constituem o público tenham conhecimento do que ocorre ao seu redor de forma direta. Não pode haver opinião pública caso o público não saiba, pelo menos de uma forma geral, o que está acontecendo.

A discussão surge de diversas interpretações que diferentes indivíduos, grupos e partidos políticos dão aos eventos, supondo que haja a existência em qualquer público de um entendimento geral e de um interesse comum a todas as partes. Quando há uma grande diversidade de interesses e pontos de vistas da interpretação de notícias, não haverá opinião pública eficaz, a não ser opinião pública formada a força de alguma forma, nesse caso, torna-se desnecessário falar de liberdade de expressão. A opinião pública desempenha um papel importante no ajuste de controvérsias e disputas. Muitas vezes a força envolve-se no processo e torna-se a razão para aceitarmos greves e outras formas limitadas de violência, para ajustarmos questões que o governo e o povo não querem interferir.

O processo democrático necessita de cidadãos informados para que esses possam tomar as decisões certas. Os cidadãos das primeiras democracias, a ateniense e a da Roma Republicana, mantinham-se informados frequentando, respectivamente, a Ágora ateniense e o Fórum romano. Atualmente, segundo Habermas (2003a), o local onde a informação circula e onde os debates políticos acontecem foi transferido para a mídia. Sendo assim, a figura do jornalista detém um grande poder, o de informar o cidadão quase que como sendo ele a fonte única de informação. Com isso, ele também ganha uma grande responsabilidade, a de ter qualidade.

Rui Barbosa (2004) fala da imprensa como ferramenta de democratização, como um termômetro da democracia. Para ele, ela é capaz de mudar radicalmente o estado das

sociedades tanto para o bem quanto para o mal. Um país que não tem uma imprensa livre é fadado ao insucesso, já o que é livre tem imensurável poder de se tornar grande. Quanto à má imprensa ele diz:

“Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos, um país que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições”. (BARBOSA, 2004: 34)

Já em relação à imprensa de qualidade, Rui Barbosa fala que ‘todo o bem que se haja dito, e se disser da imprensa, ainda será pouco, se a considerarmos livre, isenta e moralizada. Moralizada, não transige com os abusos. Isenta, não cede às seduções. Livre, não teme os potentados’. Afinal, foi Barbosa que disse que a imprensa era o “quarto poder”. Tem-se sempre que analisar a mídia para analisar sua qualidade e seu caráter para podermos medir se a informação que recebemos é verdadeira, legítima.

Segundo Charaudeau (2006) a mídia está atrelada a dois campos, o da produção e o da recepção. Na produção se dá a fabricação da notícia, ou seja, a enunciação de um discurso onde se encontra a intencionalidade do projeto comum dos fabricantes. Já a recepção tem um processo bem mais complexo porque depende do suporte ao qual a matéria será veiculada. Ou seja, o público pode ser leitor, televisivo, ouvinte etc. Nesse artigo trabalharemos com o público leitor, pois iremos analisar dois veículos midiáticos impressos.

A mídia tem duas finalidades principais, a de informar e a de captar. A primeira dela vem de seu compromisso com o público, o de transmitir as informações onde ela transmite a sua audiência o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo. Para isso ele utiliza-se da descrição-narração e da explicação por onde elabora seu discurso visando clarear a visão do público na recepção dos fatos. A segunda finalidade visa aumentar o consumo da informação e dessa forma, segundo Charaudeau (2006), a mídia traça uma linha tênue entre credibilidade e dramatização.

Charaudeau e Maingueneau (2006) apontam três estratégias discursivas usadas pela mídia para articular a finalidade do ato de linguagem do veículo e são elas: a legitimação, a credibilidade e a captação. A legitimação está ligada a ideia de autoridade do saber, fundamentada na persuasão do autor. A credibilidade está ligada ao dever da imprensa com a verdade, com a veracidade dos fatos. O sujeito terá que convencer o outro de que seu discurso é real e verdadeiro e para isso ele pode adotar três comportamentos: o de

neutralidade, o de distanciamento ou o de engajamento. No primeiro caso é como se o discurso fosse livre de marcas, no segundo, ele se posta como analista, como olhando de fora a situação; no terceiro, ele tem sua posição avaliativa, escolhe seus argumentos. A terceira estratégia discursiva, a captação, é a que visa seduzir o receptor para que ele tome o seu ponto de vista como ideal partilhando os mesmos valores e intenções. Essa estratégia pode ser feita ou por meio da polêmica (onde há o questionamento dos valores e da legitimidade do receptor) ou por meio da dramatização (focar o lado emocional do receptor).

## JUSTIFICATIVA

O estudo visa analisar a importância da imprensa brasileira como agente responsável por influenciar a opinião pública. Em um cenário onde o eleitor releva a um segundo plano a imparcialidade da informação, os veículos de comunicação podem ser compelidos a acrescentarem à notícia, determinadas ideologias, influenciando nas preferências dos cidadãos. Ainda que a imprensa deva atuar de maneira imparcial, o que se vê na prática é que os meios de comunicação apresentam uma ideologia político/social. Nesse sentido, o presente trabalho, ao comparar a cobertura das manifestações de junho/julho de 2013, realizadas pelas revistas Veja e Carta Capital, apresenta sua contribuição aos estudos sobre o papel da imprensa como ator relevante na formação da opinião pública.

## OBJETIVOS

### OBJETIVO GERAL

Analisar as revistas, Veja e Carta Capital, em relação a como cada uma trabalhou a temática dos protestos brasileiros para entender como cada veículo de comunicação influenciou na construção da opinião pública.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Encontrar as regularidades e as características singulares de cada uma das revistas no seu modo de cobertura jornalística.

- 2- Tecer uma hipótese fundamentada nas análises obtidas sobre o posicionamento político-ideológico de cada veículo de comunicação.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia empregada no presente estudo, irá se basear nas três estratégias propostas por Charaudeau e Maingueneau (2004) para análise do discurso: Credibilidade, Captação e Legitimidade. Segundo os autores supracitados, a credibilidade consistiria na análise do posicionamento do veículo de comunicação, focando aspectos como neutralidade, distanciamento ou engajamento. A Captação consiste em analisar o recurso argumentativo empregado na matéria (Polêmica, dramatização). Já a legitimidade analisa as estratégias de persuasão do autor para ver se o mesmo tem autoridade no saber do que fala, analisando os princípios de verdade.

Serão analisadas as matérias de capa das edições 2326, 2327 e 2328 da Revista Veja publicadas respectivamente em 19/06/2013, 26/06/2013 e 03/07/2013 e as matérias de destaque das edições 754, 755 e 756 da Revista Carta Capital publicadas respectivamente em 24/06/2013, 01/07/2013 e 08/07/2013.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisadas as seguintes edições:



**ANÁLISE CARTA CAPITAL****Edição 754****Reportagem:** A primavera brasileira por Ciro Gomes

A matéria fala das manifestações com tom de preocupação inicialmente por temer que ela não produza resultados. O título nos leva a pensar que o autor está comparando os protestos brasileiros com a Primavera Árabe, mas isso não acontece. Ele apenas disserta sobre a problemática partidária do Brasil. Segue adiante falando também da corrupção dando o enfoque principal as das instituições, como os sindicatos e as entidades estudantis.

Ao pautar a Copa, o autor coloca em cheque a alegria da população ao receber a notícia de que o país seria a sede do evento, mas que a insatisfação brotou da desorganização do governo em relação a transparência dos gastos e dos prazos. Termina em tom pessimista: “não raro na história humana movimentos de massa descambaram para o profascismo ou para a violência pura, simples e estéril. Seria uma pena”.

Escrita em primeira pessoa, a reportagem fica com status de coluna de opinião. Com posição claramente esquerdista, o jornalista repudia a direita, assumindo a estratégia de engajamento na causa colocando-se à favor dos protestos populares. Como estratégia de captação dá preferência a polêmica para atrair o receptor.

**Edição 755****Reportagem:** A maioria do povo por Mauricio Dias

A matéria começa dialogando com a presidente Dilma no sentido que fala da sua primeira iniciativa ao se pronunciar em relação às manifestações. O autor se posiciona em defesa da governante ao dizer que para ela iniciar uma constituinte, ela deve passar por muitos obstáculos por conta do modelo liberal que é aplicado a política brasileira. Essa atitude já mostra um posicionamento da revista mais conservador e antiliberal.

Exalta o povo ao dizer que ele agiu sem influências políticas e sem nenhuma entidade ligada ao protesto. O povo agiu por si próprio, e por isso, o autor diz que essa é uma prova de amadurecimento, de maioria da população. Coloca em cheque o posicionamento policial e o medo dos políticos, questionando se todas as prisões realizadas no movimento eram de fato vândalas. O texto coloca Dilma ao lado dos manifestantes, só

que ela, de acordo com a revista, foi “freada”, mas não diz qual o motivo do freio, nem o por que.

Com tom mais neutro, a reportagem é escrita em terceira pessoa, mas ainda apresenta alto grau de opinião. O autor não consegue se distanciar e mantém uma posição engajada em relação à luta popular. Altera sua posição em relação a anterior por não tentar contagiar o leitor através da polêmica, mas sim, através da dramatização, por exemplo: “esse sentimento guia o barulho das multidões nas ruas e o silêncio dos que ainda não se manifestam. Por ora, talvez possam sufocar os anseios. Sem mudanças profundas, no entanto, haverá uma próxima vez. Eles voltarão”.

### **Edição 756**

**Reportagem:** Crise de representação por Vitor Knijnik e Rafael Cal

O autor começa o texto falando que os manifestantes não se sentem representados pelos políticos e que por isso estão nas ruas, o que aponta para uma crise da representatividade. O autor é ator e coloca-se como sendo extremamente capaz de falar do assunto: “se há uma crise de representação, eu tenho muito a contribuir. Tenho credenciais para tanto. Dediquei a minha vida ao estudo da formação do ator”.

Escrito em primeira pessoa e com tom opinativo, o texto aproxima-se do leitor e principalmente do manifestante, por mostrar que acredita que o Brasil vive uma crise da representatividade e que ele é a pessoa certa para falar disso. Então do ponto de vista da credibilidade proposto por Chareau, o autor se mostra engajado ao processo. A estratégia de captação utilizada foi à polêmica.

## **ANÁLISE REVISTA UEJA**

### **Edição 2326**

**Reportagem:** A razão de tanta fúria

A reportagem inicia sua arguição ilustrando os fatores que fomentaram a eclosão desses protestos, inicialmente na capital paulista. Uma das passeatas em São Paulo acabou com 230 pessoas detidas, o maior número de presos em confronto com a polícia desde a ditadura militar. A revista logo no primeiro parágrafo dá enfoque a truculência da polícia

ao dizer que mais de 100 pessoas ficaram feridas devido a balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo.

Já no segundo parágrafo a revista se posiciona com certo tom de zombaria em relação aos manifestantes suspeitos: “as minorias que participaram ativamente do quebra-quebra são os **suspeitos de sempre**: militantes de partidos de extrema esquerda (PSTU, PSOL, PCO e PCdoB), militantes radicais de partidos de centro-esquerda (PT e PMDB), punks e **desocupados** de outras denominações tribais urbanas”. Tal citação, compromete a imparcialidade da matéria, ilustrando a presença de um claro posicionamento ideológico de direita.

A revista mostra alguns depoimentos dos participantes dos protestos, dando enfoque aos estudantes e mostrando falas em que eles mostram-se decepcionados com algumas minorias que participam do vandalismo. A revista aponta o grupo Movimento Passe Livre (MPL) como principal responsável pela depredação. Ela aponta esse grupo como tendo características semelhantes com o *Occupy Wall Street*: movimento planejado por um grupo de ativistas, pessoas que não enfrentam problemas financeiros.

A matéria termina falando que as manifestações não são mais apenas pelo aumento da passagem de ônibus, mas sim por direitos. E também para que a população seja ouvida e tenha um partido em que votar, isso é, a população quer se sentir representada. Para finalizar ela aponta que é muito difícil os protestos legítimos não se degenerarem e a polícia não agir com força para tentar manter a ordem.

A matéria é escrita em terceira pessoa e tenta ter credibilidade se distanciando do assunto e tentando passar certa neutralidade, mas não consegue. Acaba sendo engajada e dramatizada, principalmente em seu fim: “nesses momentos deve-se aplicar a medicina chinesa para cujos praticantes “a queixa é a principal doença.” E qual seria a doença brasileira que se manifesta através dos jovens na rua? São várias moléstias”.

## Edição 2327

### Reportagem: Os sete dias que mudaram o Brasil

A matéria começa contextualizando os protestos brasileiros, falando que ele “empalideceu” fenômenos como os das Diretas Já e o Fora Collor. A revista fala que o Brasil pode passar mais muito tempo sem sofrer mudanças, mas que a semana das manifestações marcou a história do país. Ela aponta que os agentes mais ativos dos

protestos, os partidos esquerdistas, foram também os mais criticados. Falando diretamente do Partido dos Trabalhadores, a revista alfineta dizendo que ele pensou que o povo ficaria tão encantado com a Copa que se esqueceria da corrupção. O editorial do veículo mais uma vez apontando para sua característica ante-esquerdista pelo seu lado liberal. Ironicamente após essa afirmação da Copa x corrupção, a revista fala que “o pobre presidente do PT, Rui Falcão, saiu do episódio apelidado de Rui Falcollor”.

A Veja usa declarações de analistas políticos para fazê-los de ridículos. “Alguns falaram de indignados (com na Espanha), primavera **disso e daquilo** (como em países árabes) e até em nova classe média (**sem nunca terem entendido nem da antiga**)”. Desse ponto em diante, a revista passa a palavra para presidente Dilma, falando do seu primeiro pronunciamento onde apontam que ela teve “pelo menos” uma virtude: a de assumir que o país está vivendo um movimento de massa inteiramente novo.

A revista usa a dramatização como principio de captação, veja o seguinte trecho:

“Esqueçamos os vândalos e os anarquistas, gente que não estava lutando por um governo melhor, mas por governo nenhum – o que é uma estupidez. A revolução verdadeira foi a que começou a ser feita pelos brasileiros que foram as ruas protestar por estar sendo mal governados. No dia 20 de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff ficou por quase duas horas acuada no Palácio do Planalto, impedida de deixar o local pela porta da frente por uma multidão que, do lado de fora, bradava contra a corrupção, a PEC 37, os gastos na Copa, ela, o seu governo, todos os governos”. (VEJA, ed 2327, pag 67).

O trecho supracitado também aponta que a revista fez uso do engajamento como principio de credibilidade deixando claro sua oposição ao governo e seu favorecimento aos manifestantes.

## Edição 2328

### Reportagem: Não é que funciona mesmo?

Na capa da matéria, a revista já coloca os sucessos das manifestações: o Congresso aprovar medidas anticorrupção, redução de tarifas e prisão de um político. O veículo aponta para um questionamento, o de que foi possível realizar tudo isso por meio da pressão, então por que dos governantes não terem feito isso antes? Esse posicionamento questionador faz dessa matéria a mais interessante das três analisadas porque apresenta o tom de cobrança e de verdade que o jornalismo necessita.

A matéria destacou as atitudes do governo em virtude das solicitações dos manifestantes: a reprovação da PEC-37, o crime de corrupção ser hediondo, o dinheiro dos royalties do petróleo ser destinado a educação e à saúde, a baixa das tarifas de transporte, o congelamento dos preços dos pedágios, a condenação de Donadon. Apesar de evidenciar tais atitudes, o texto mostra que o governo perdeu popularidade e que Dilma terá que seguir até o fim do seu mandato com o fantasma das manifestações em seu calço.

Essa foi a única matéria em que a revista consegue se distanciar de fato. Do ponto de vista da captação, ela é neutra, nem usa da dramatização nem da polêmica. Das três matérias é a mais séria e livre de intencionalidades, ficando mais dentro do eixo informativo.

## CONCLUSÕES

De acordo com as análises supracitadas comprova-se no estilo de cada revista que ambas têm posições políticas opostas, a Veja posicionando-se num foco pró-liberal e a Carta Capital num foco antiliberal. Na análise percebemos que a segunda prefere usar a primeira pessoa tendo um caráter mais pessoal, já a primeira não, tenta passar neutralidade fazendo uso da terceira pessoa, mas como vimos nem sempre consegue. Mesmo com ideologias opostas, as revistas se igualam em um aspecto, ambas se colocam à favor das manifestações populares demonstrando engajamento ao movimento. A forma que demonstram esse alinhamento é que difere: a Carta Capital sendo pró-governo e a Veja, oposição.

Com isso conclui-se que cada revista primou pelos seus posicionamentos politico-ideológicos deixando em segundo plano a imparcialidade jornalística seduzindo seus leitores a acatarem seus pensamentos como corretos. Tendo grande influência na opinião pública, esses veículos comunicativos comprometeram a construção social da opinião do eleitor fazendo-o caminhar em direção as suas ideologias, o que viola a principal premissa do jornalismo que é a informação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Editora Papagaio, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

McCOMBS, M. E. *Elaborating the agenda-setting influence of masscommunication*. Bulletin of the Institute for Communication Research – Keio University, 1976.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento. In: *Steinberg- Meios de comunicação de massa*. São Paulo, Cultrix, 1976.

RUBIM, Antonio Albino. *Comunicação e política*. São Paulo: Hackers, 2000.